

ETP - Estudo Técnico Preliminar

Diretoria de Vigilância Epidemiológica

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é a **Aquisição de preservativos, gel lubrificante e dispenser.**

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí.

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/Função	Matrícula	E-mail
Simone Silva Menegaz Veit	Enfermeira DVE	2034601	testesrapidos.dve@itajai.sc.gov.br
Onézio Gonçalves Filho	Diretor Vigilância Epidemiológica	1630905	dve@itajai.sc.gov.br
Denilson Roberto Batista	Gerente do IST/Aids - DVE	1443503	gerenciaaids@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Secretaria Municipal de Saúde tem responsabilidade de fornecer acesso a serviços e materiais essenciais para promoção da saúde sexual e reprodutiva da população, e a aquisição de preservativos e gel lubrificante é um dos pilares dessa estratégia. Essa aquisição se justifica na necessidade de fortalecer a prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), incluindo o HIV/AIDS, e de apoiar o planejamento familiar, como parte das políticas públicas de saúde. A política atual de descentralização e de sustentabilidade das ações de prevenção das IST, HIV/AIDS, Hepatites Virais aponta a responsabilidade de aquisição de preservativos e gel lubrificante com recursos próprios tanto para a esfera estadual como municipal, conforme Portaria GM/MS nº 1.378 de 09 de julho de 2013.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) e os itens necessitam de continuidade, visto que os serviços já realizam a oferta e distribuição dos insumos à população.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A presente contratação visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no desenvolvimento das ações de prevenção e promoção da saúde sexual e reprodutiva, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde. Os produtos devem obedecer aos seguintes requisitos mínimos de qualidade, desempenho e conformidade sanitária, de modo a garantir segurança e efetividade nas ações de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e promoção da saúde sexual e reprodutiva:

a) Preservativos masculinos (itens 1 e 2)

- Material borracha natural (látex);
- Lubrificado, sem espermicida e sem odor;
- Formato com reservatório;
- Espessura mínima: 0,03 mm;
- Comprimento mínimo: 160 mm;
- Largura nominal:
 - 52 mm (item 1),
 - 55 ou 56 mm (item 2);
- Translúcido ou transparente;
- Embalagem individual, contendo: data de validade, número de lote e a inscrição “Venda proibida”;
- Registro obrigatório na **ANVISA** e selo de aprovação do **INMETRO**;
- Validade mínima: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega.

b) Preservativos feminino (item 3)

- Material poliuretano ou borracha níttrica;
- Comprimento: até 25 cm;
- Lubrificado, transparente, liso e com anéis flexíveis em cada extremidade
- Embalagem individual com identificação de lote, validade e “Venda proibida”;
- Registro obrigatório na **ANVISA**;
- Validade mínima: 24 meses a partir da data de entrega.

c) Gel lubrificante íntimo (itens 4 e 5)

- Tipo íntimo, à base de água, incolor, inodoro, solúvel em água, transparente e não oleoso;
- Apresentação de 5g a 10 g (sachê) e 50 g (bisnagas)
- Embalagem com identificação de lote, validade e “Venda proibida”;
- Registro obrigatório na **ANVISA**;
- Validade mínima: 24 meses a partir da data de entrega.

d) Dispensers acrílicos (item 6,7 e 8)

- Material acrílico transparente de alta resistência;
- Com tampa superior provida de sistema para lacre ou cadeado;
- Acompanhar kit de fixação e catálogo técnico;
- Dimensões e capacidade aproximadas;
 - **Item 6:** 35,5 cm (altura) x 7,7 cm (largura) x 7,7 cm (profundidade), capacidade para 60 preservativos;
 - **Item 7:** 55 cm (altura) x 17,7 cm (largura) x 6,5 cm (profundidade), capacidade para 390 preservativos
 - **Item 8:** 30 cm (altura) x 13 cm (largura) x 9 cm (profundidade), capacidade para 75 preservativos.

Requisitos adicionais da contratação

- Todos os produtos deverão possuir registro na **ANVISA** e, quando aplicável selo do **INMETRO**;
- O fornecedor deverá apresentar licença sanitária válida e autorização de funcionamento expedida por autoridade competente;
- O transporte e armazenamento deverão atender às boas práticas sanitárias, garantindo integridade, conservação e rastreabilidade dos produtos;
- É vedado o fornecimento de materiais com validade inferior a 24 meses, embalagens danificadas ou ausência de identificação de lote;
- Produtos entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos sem ônus para a Administração.

Essa descrição estabelece os parâmetros técnicos e regulatórios essenciais à futura licitação, assegurando a conformidade da contratação com os requisitos legais, sanitários e de qualidade exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e pelas normas da **ANVISA**.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar

interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A determinação dos quantitativos para aquisição dos insumos foi baseada na análise de consumo e distribuição desses itens e das necessidades projetadas, através de relatórios do sistema G-MUS. Foi adicionada margem de segurança, visando garantir o abastecimento adequado e evitar falta de insumos.

Para estimativa de preços, foram utilizados os valores praticados no Pregão Eletrônico 257/2023, realizado pra Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd. Licitada
1	PRESERVATIVO MASCULINO, MATERIAL BORRACHA NATURAL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 160 MM, LARGURA NOMINAL 52 MM, ESPESSURA MÍNIMA 0,03MM, LUBRIFICADO, SEM ESPERMICIDA, SEM ODOR, FORMATO COM RESERVATÓRIO, TRANSLÚCIDO, TRANSPARENTE. COM REGISTRO NA ANVISA E SELO DE APROVAÇÃO INMETRO. COM A DATA DE VALIDADE, LOTE E DESCRIÇÃO DE VENDA PROIBIDA IMPRESSOS NA EMBALAGEM. COM VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	Unidade	500.000
2	PRESERVATIVO MASCULINO, MATERIAL BORRACHA NATURAL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 160 MM, LARGURA NOMINAL 55 OU 56 MM, ESPESSURA MÍNIMA 0,03MM, LUBRIFICADO, SEM ESPERMICIDA, SEM ODOR, FORMATO COM RESERVATÓRIO, TRANSLÚCIDO, TRANSPARENTE. COM REGISTRO NA ANVISA E SELO DE APROVAÇÃO INMETRO. COM A DATA DE VALIDADE, LOTE E DESCRIÇÃO DE VENDA PROIBIDA IMPRESSOS NA EMBALAGEM. COM VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	Unidade	300.000
3	PRESERVATIVO FEMININO, MATERIAL POLIURETANO OU BORRACHA NITRÍLICA, COMPRIMENTO ATÉ 25 cm, LUBRIFICADO, LISA, TRANSPARENTE, COM ANÉIS FLEXÍVEIS EM CADA EXTREMIDADE. EMBALAGEM UNITÁRIA. COM REGISTRO NA ANVISA. COM A DATA DE VALIDADE, LOTE E DESCRIÇÃO DE VENDA PROIBIDA IMPRESSOS NA EMBALAGEM. COM VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	Unidade	8.000
4	GEL LUBRIFICANTE 5G A 10G. TIPO ÍNTIMO, INCOLOR, INODORO, SOLÚVEL EM ÁGUA, TRANSPARENTE E NÃO GORDUROSO. COM REGISTRO NA ANVISA. COM A DATA DE VALIDADE, LOTE E DESCRIÇÃO DE VENDA PROIBIDA IMPRESSOS NA EMBALAGEM. COM VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	Unidade	140.000

5	GEL LUBRIFICANTE 50G. TIPO ÍNTIMO, INCOLOR, INODORO, SOLÚVEL EM ÁGUA, TRANSPARENTE E NÃO GORDUROSO. COM REGISTRO NA ANVISA. COM A DATA DE VALIDADE, LOTE E DESCRIÇÃO DE VENDA PROIBIDA IMPRESSOS NA EMBALAGEM. COM VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	Unidade	10.000
6	DISPENSER / DISPENSADOR DE PRESERVATIVO MASCULINO INDIVIDUAL DISPENSER FABRICADO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE. TAMANHO COM CERCA DE 35,5CM DE ALTURA X 7,7 DE LARGURA X 7,7 cm PROFUNDIDADE. TEM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO PARA 60 PRESERVATIVOS EM EMBALAGEM INDIVIDUAL. NA TAMPA SUPERIOR TEM A POSSIBILIDADE PARA USO DE LACRE OU CADEADO. COM KIT DE FIXAÇÃO INCLUSO. APRESENTAR CATÁLOGO.	Unidade	100
7	DISPENSER / DISPENSADOR DE PRESERVATIVO MASCULINO DISPENSER FABRICADO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE. TAMANHO COM CERCA DE 55CM DE ALTURA X 17,7 DE LARGURA X 6,5CM PROFUNDIDADE. TEM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO PARA 390 PRESERVATIVOS, SENDO ORGANIZADO EM TIRAS DE 3 PRESERVATIVOS. TAMPA SUPERIOR COM A POSSIBILIDADE PARA USO DE LACRE OU CADEADO. COM KIT PARA FIXAÇÃO INCLUSO. APRESENTAR CATÁLOGO.	Unidade	100
8	DISPENSER / DISPENSADOR DE PRESERVATIVO FEMININO DISPENSER FABRICADO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE. TAMANHO COM CERCA DE 30 cm DE ALTURA X 13 DE LARGURA X 9 cm PROFUNDIDADE. TEM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO PARA 75 PRESERVATIVOS. NA TAMPA SUPERIOR TEM A POSSIBILIDADE PARA USO DE LACRE OU CADEADO. COM KIT DE FIXAÇÃO INCLUSO. APRESENTAR CATÁLOGO.	Unidade	100

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

No contexto atual, adquirir insumos de prevenção prontos de fornecedores especializados apresenta diversas vantagens em comparação com a criação e gestão de uma indústria própria de produção. Estabelecer uma indústria própria para produção de insumos de prevenção envolve investimentos substanciais em infraestrutura, equipamentos, tecnologia e recursos humanos. Os custos associados à construção de instalações, aquisição de maquinários e contratação de equipe qualificada são altos e não justificam o gasto com

investimento. A aquisição de insumos prontos, não apenas otimiza a eficiência operacional, mas também oferece benefícios financeiros e estratégicos significativos, pois os fornecedores especializados têm experiência e capacidade técnica e operacional no desenvolvimento e produção desses produtos, bem como estão familiarizados com os requisitos legais e trabalham para garantir que seus produtos estejam em conformidade com todas as regulamentações relevantes. Priorizar produtos que ofereçam o melhor custo-benefício, alinhados com as diretrizes clínicas e legislação vigente, permite ao sistema de saúde oferecer insumos de qualidade e acessíveis.

6.1. Preferência ME/EPP:

() Sim

(x) Não

Justifica-se a não observância da Lei Nº 7.785/2025, tendo em vista a impossibilidade de identificar, em pesquisa de mercado, a existência de fornecedores competitivos enquadrados nessa categoria e sediados local e regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório. A ausência de parâmetros que afastem esses riscos, poderá acarretar prejuízo e desvantagem à Administração, pela inexistência de um ambiente competitivo real entre microempresas e empresas de pequeno porte, para a disputa de respectiva pretensão contratual. A isso tudo, some-se o problema de contratação de empresa de pequeno porte em contratações para as quais elas não possuem efetivas condições de suportar as nuances da contratação com o Poder Público, com a possibilidade de conduzir um certame fracassado. Demais disso, é notório que a restrição à participação de outras empresas, apesar de amparada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, não é absoluta. De todo modo, as ME e EPP terão garantidos as suas prerrogativas de tratamento diferenciado e favorecido, dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006, razão pela qual decisão preserva a competitividade do certame e garante a isonomia.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Estimativa de R\$ 467.800,00 reais no ano.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A solução escolhida para o atendimento da necessidade consiste na aquisição de preservativos masculinos, femininos, gel lubrificante íntimo e

dispensadores, por meio da modalidade **Pregão Eletrônico**, na forma de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**.

A adoção do Pregão Eletrônico justifica-se por se tratar de bens comuns com especificações padronizados, objetivas e amplamente disponíveis no mercado, o que possibilita maior competitividade entre fornecedores, além de assegurar a transparência, economicidade, celeridade e eficiência do processo licitatório, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 10.024/2019.

A opção pelo Sistema de Registro de Preços mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública, tendo em vista que permite a aquisição conforme a demanda, evitando o acúmulo de estoques e reduzindo riscos de perdas decorrentes de vencimentos dos prazos de validade, além de contribuir para uma gestão mais eficiente e racional dos recursos públicos.

Com a adoção dessa solução, busca-se garantir o fornecimento contínuo e regular eficiente dos insumos necessários às ações de prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e à promoção da saúde sexual e reprodutiva em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde e com as políticas públicas municipais, assegurando o atendimento pleno e ininterrupto da população do Município de Itajaí.

Critério de julgamento

O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, em razão da natureza dos objetos, que possuem padrões de qualidade e desempenho objetivamente definidos no instrumento convocatório, permitindo a comparação direta entre as propostas apresentadas.

Serão consideradas vencedoras as propostas que atenderem integralmente às especificações técnicas e exigências estabelecidas, incluindo requisitos sanitários, de qualidade, validade e regularização junto aos órgãos competentes, e que apresentarem o menor preço para cada item.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Optou-se por não realizar o parcelamento da contratação, tendo em vista que o objeto apresenta características homogêneas e fornecimentos padronizados, não havendo ganho técnico ou econômico com sua divisão em lotes ou parcelas,

A aquisição será processada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), com critério de julgamento pelo menor valor por item, de modo a assegurar ampla competitividade e vantagem econômica à Administração.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Manter a distribuição de insumos de prevenção para a população de Itajaí, atendendo as demandas das IST, HIV/AIDS, hepatites virais e planejamento familiar, conforme Portaria GM/MS nº 1.378 de 09 de julho de 2013.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Antes da assinatura do contrato, a Administração deverá:

- Realizar pesquisa de preços atualizada;
- Verificar a disponibilidade orçamentária e emissão da dotação específica;
- Designação do gestor e fiscal.
- Planejar a logística de recebimento e distribuição dos materiais
- Análise da documentação de habilitação da futura contratada;
- Verificar o registro dos produtos na ANVISA e certificação do INMETRO;

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Possíveis impactos ambientes incluem: resíduos de embalagens no meio ambiente, que podem afetar a qualidade da água e solo, e disposição inadequada dos materiais e insumos, que são de difícil degradação.

Como medida mitigadora, propõe-se a adoção de descarte correto dos materiais, que será realizado de acordo com as normas vigentes, por empresa especializada em descarte e manejo correto.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Simone Silva Menegaz Veit Matrícula: 2034601	Denilson Roberto Batista Matrícula: 1443503
Onézio Gonçalves Filho Matrícula: 1630905	
Itajaí, 27 de maio de 2025.	

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, 06 de abril de 2026.

Mylene Martins Lavado

Secretária Municipal de Saúde

Simone Silva Menegaz Veit

Enfermeira no DVE

Onézio Gonçalves Filho

Diretor de Vigilância Epidemiológica

Denilson Roberto Batista

Gerente do IST/Aids/DVE